

da "Reunião dos Comitês Estaduais do Fórum do Judiciário para a Saúde", a ser realizado na cidade de Brasília - DF, no período de 06/12/2011 a 07/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 30 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 44982011
Código de validação: 4920775F1D

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor JOSÉDILSON CARIDADE RIBEIRO, Juiz de Direito Titular da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, para responder cumulativamente pela 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, durante o afastamento do Doutor RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA, no período de 06/12/2011 a 07/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 30 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 44992011
Código de validação: C695206456

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor CELSO SERAFIM JUNIOR, Juiz de Direito Substituto da 29ª Zona Judiciária, para responder cumulativamente pela 2ª Vara da Comarca de Grajaú, durante o afastamento do Doutor FERNANDO JORGE PEREIRA, no período de 01/12/2011 a 03/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 30 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Coordenadoria dos Juizes de Direito

PORTARIA-CGJ - 44912011
Código de validação: C6CF491511

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** os termos da decisão exarada no dia 29 de novembro de 2011. **R E S O L V E** Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora Antonia Iolene Silva, para apuração dos fatos ventilados na representação n.º 12314/2011. Art. 2º Designar a Comissão formada pelos servidores Erico Roberto Gomes Lopes, Analista Judiciário, matrícula n.º 99069, Layane Reis Nascimento, Técnico Judiciário, matrícula n.º 108099 e Andrelle de Paulo Azevedo, Auxiliar Judiciário, matrícula 121186, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta, apresentar o competente relatório com parecer conclusivo. Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, aos 30 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 11:06 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Diretoria Geral da Secretaria do TJMA

ATO - 9912011
Código de validação: 78BD95C6E4

Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2012 e dá outras providências. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Poder Judiciário, especialmente as audiências e o plantão judiciário; **CONSIDERANDO** a necessidade de proporcionar ampla publicidade acerca dos dias em que não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário maranhense; e **CONSIDERANDO** que o

plantão judiciário, nos dias em que não há expediente forense, atua como mecanismo para apreciação de requerimentos judiciais de natureza urgente; R E S O L V E. Art. 1º Não haverá expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual nos seguintes dias: - 20 de fevereiro -(segunda-feira)- Carnaval- Feriado Forense (art.83, §2º, da LC nº 14/91); - 21 de fevereiro (terça-feira) - Carnaval; - Feriado Forense (art. 83, §2º, da LC nº 14/91); - 05 de abril (quinta-feira santa)- Feriado Forense (art. 83, §2º, da LC nº 14/91); - 06 de abril (sexta-feira santa - Paixão de Cristo; - Feriado Forense (art. 83, §2º, da LC nº 14/91); - 01 de maio (terça-feira)- Dia do Trabalho - 07 de junho (quinta-feira)- *Corpus Christi* - 07 de setembro (sexta-feira) - Independência do Brasil; - 12 de outubro (sexta-feira) - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil - 02 de novembro (sexta-feira) - Finados; - 15 de novembro (quinta-feira) - Proclamação da República; - 25 de dezembro (terça-feira)- Natal Art. 2º Não haverá expediente nos órgãos do Judiciário situados na capital, no dia 29 de junho de 2012 (sexta-feira), Dia de São Pedro considerado feriado municipal. Art. 3º Além dos feriados elencados no art. 1º desta Resolução, também não haverá expediente judiciário nas comarcas do interior nos feriados definidos em lei municipal. Art. 4º São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias: - 22 de fevereiro (quarta-feira) - Cinzas; - 04 de abril (quarta-feira) - Semana Santa. Art. 5º Suspender o expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e finais de semana: - 30 de abril - (segunda-feira) - antecede o feriado do dia 1º de Maio- Dia do Trabalho. - 08 de junho (sexta-feira) - sucede ao feriado de *Corpus Christi* - 16 de novembro (sexta-feira) - sucede o feriado da Proclamação da República. - 24 de dezembro (segunda-feira)- antecede ao Natal. -31 de dezembro (segunda-feira)- antecede ao Ano Novo. Art. 6º As horas não trabalhadas referentes aos dias elencados no art. 5º, serão compensadas mediante acréscimo de 30 (trinta) minutos na jornada de trabalho dos seguintes dias: 02,03,04,07,08 e 09 de maio de 2012; 11,12,13,14,15 e 18 de junho de 2012; 19,20,21,22 , 23 e 26 de novembro de 2012; Art. 7º Os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Art. 8º Nos dias em que não houver expediente funcionará o Plantão Judiciário. Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 14:43 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 63742011
Código de validação: 02C4C8C32B

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Determinar a expedição de Edital para promoção pelo critério de antiguidade, para a 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, vaga em decorrência da Doutora Diva Maria de Barros Mendes, para o cargo de Juiz Auxiliar, de entrada final. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO,

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 14:44 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

RESOL-GP - 572011
Código de validação: 05C1002911

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa do dia 16 de novembro; R E S O L V E: Art. 1º O artigo 3º da Resolução nº 20/10, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º- A Ouvidoria será dirigida por um desembargador, indicado pelo presidente eleito e aprovado pelo Pleno, para um mandato de dois anos, na mesma data da eleição da mesa diretora do Tribunal, vedada a recondução. Parágrafo único: Na mesma sessão será escolhido o ouvidor substituto." Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/11/2011 14:33 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

RESOL-GP - 582011
Código de validação: 666B84FD37

Altera dispositivo da Resolução nº 044, de 23 de agosto de 2010, que regulamentou o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, alterado pelas Leis Complementares nºs 84, de 20 de junho de 2005 e 109, de 07 de dezembro de 2007. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições; **CONSIDERANDO** a necessidade de atualizar a importância fixada para indenizar os oficiais de justiça e os comissários de justiça pelas diligências negativas, devidamente comprovadas; R E S O L V E, *ad referendum* do Tribunal Pleno: Art. 1º O item I, do art. 2º, da Resolução nº 044, de 23 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação: " Art. 2º [.....] I- pelas diligências negativas, devidamente comprovadas, perceberão a importância fixa de R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais), que será adicionada, de forma não cumulativa, à indenização recebida em razão das diligências positivas". Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de novembro de 2011, revogando as disposições em contrário. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS,

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991